os effeitos legais, que em portaria de 14 de dezembro corrente se effectuou o seguinte despacho:

Francisco Simões Dias — nomeado, por conveniencia urgente de serviço publico, para o lugar de servente do quadro da Secretaria do Ministerio do Fomento, vago pelo fallecimento, em 22 de outubro ultimo, de Antonio de Menezes. (Tem o visto do Tribunal de Contas d'esta data).

Secretaria Geral, em 16 de dezembro de 1910. — O Secretario Geral, Antonio Maria da Silva.

Direcção Geral de Obras Publicas e Minas Repartição de Minas

Edito

Havendo Bernardino do Pinho Peralta requerido o diploma de descobridor legal da mina de wolfram e outros metaes, da Cavada do Brás, situada na freguesia de Candal, concelho de S. Pedro do Sul, districto de Viseu, registada pelo requerente na camara municipal do mesmo concelho em 17 de junho de 1910, convidam-se, nos termos do artigo 24.º do decreto com força de lei de 30 de setembro de 1892, todas as pessoas a quem a referida concessão possa prejudicar, a apresentar as suas reclamações no Ministerio do Fomento, dentro do prazo de sessenta dias, contados da publicação d'este edito no *Diario do Governo*.

Repartição de Minas, em 6 de dezembro de 1910. — O Engenheiro Chefe da 1.ª secção, servindo de Chefe da Repartição, E. Valerio Villaça.

Repartição do Pessoal

Para os devidos effeitos se publica o seguinte despacho:

Dezembro 15

Delfim Emilio de Miranda Monteiro, capitão do estado maior — exonerado, a seu pedido, do lugar de engenheiro subalterno de 2.ª classe da secção de obras publicas do corpo de engenharia civil.

Dezembro 16

Inacio de Sousa e Brito, escrevente — collocado na 3.ª Direcção das Obras Publicas do districto de Lisboa.

Direcção Geral das Obras Publicas e Minas, em 16 de dezembro de 1910. — O Director Geral, interino, Severiano Augusto da Fonseca Monteiro.

Direcção Geral do Commercio e Industria

Repartição do Commercio

Por alvará de 25 de agosto de 1909, foram approvados os estatutos seguintes:

Estatutos da Associação de Classe dos Operarios Manufactores de Calçado de Lisboa

CAPITULO I

Título, organização e fins

Artigo 1.º É organizada em Lisboa, a 5 de abril de 1909, com o título de Associação de Classe dos Operarios Manufactores de Calçado de Lisboa, uma associação operaria composta de indeterminado numero de socios sem distincção de nacionalidades cujo mester é de manufactor de calçado.

Art. 2.º Esta associação tem por fim o estudo e a defesa dos interesses economicos communs aos seus associados.

CAPITULO II

Da admissão de socios

Art. 3.º Para ser admittido socio d'esta collectividade é necessario:

- 1.º Pertencer á industria de sapataria.
- 2.º Ter bom comportamento moral e civil.

Art. 4.º As propostas para socios deverão ser assinadas por um socio no pleno gozo dos seus direitos.

Art. 5.º Oito dias depois da proposta ser entregue na direcção, esta resolverá como for de justiça.

Art. 6.º Quando o proposto não seja approved para socio, a direcção officiará ao proponente, fazendo-lhe ver os motivos que á levaram a proceder de tal forma.

Art. 7.º Os menores só poderão fazer parte d'esta associação com o consentimento dos paes ou tutores sendo apresentada essa declaração pelo proponente, isto em conformidade com a lei civil.

CAPITULO III

Direito e deveres dos socios

Art. 8.º Todo o socio tem por dever:

- 1.º Contribuir com uma quota quinzenal de 50 réis.
- 2.º Pagar pelo exemplar dos estatutos a quantia de 50 réis.
- 3.º Manter com todos os seus collegas associados a maxima solidariedade.
- 4.º Conservar dentro da associação a maxima ordem, pondo de parte todas as questões irritantes ou politicas occupando-se unicamente do bem da classe em geral.
- 5.º Pagar em toda a parte pelo principio associativo, contribuindo por todas as formas para o bom credito e nome da associação.
- 6.º Aceitar os cargos para que for eleito pelo espaço necessario, não tendo motivo que o escuse.
- 7.º Cumprir por todas as formas com o disposto nos artigos e alíneas d'este estatuto.

Art. 9.º Todo o socio no gozo dos seus direitos tem jus:

1.º A todas as vantagens que esta associação tenha tanto no presente como no futuro e possa conceder aos seus associados conforme o seu aumento ou prosperidades.

2.º A votar e a ser votado para os cargos d'esta associação.

§ unico. Os empregados internos de sapataria e obreiros que tenham pessoal a seu cargo não poderão fazer parte dos corpos gerentes.

3.º A apresentar nas assembleias propostas, moções ou requerimentos, tendentes á boa harmonização dos interesses da classe ou do assunto em discussão.

4.º É exceptuado do disposto do n.º 1.º do artigo 8.º, desde a data em que o participar á direcção o socio que se encontre doente ou não tenha trabalho.

CAPITULO IV

Da assembleia geral

Art. 10.º A assembleia geral é a reunião de todos os socios maiores (segundo a lei civil) no pleno gozo dos seus direitos.

Art. 11.º É na assembleia geral que reside a soberania da associação.

Art. 12.º A mesa será constituída por dois secretarios sendo o presidente nomeado *ad hoc*.

Art. 13.º Compete ao presidente:

1.º Dirigir os trabalhos com toda a imparcialidade encaminhando todo o expediente dos meses durante o tempo decorrido de uma a outra sessão.

2.º Fazer reunir a assembleia todas as vezes que lhe requeriram nos termos da lei.

Art. 14.º Compete aos secretarios fazer as actas das sessões, as quaes serão passadas e approvadas num livro especial, archivar todo o expediente recebido, ficar com a copia de todos os officios remetidos e fazer toda a escripturação que diga respeito á assembleia.

Art. 15.º A assembleia reunirá extraordinariamente duas vezes por anno.

Art. 16.º A primeira reunião terá lugar em principios do mês de fevereiro para apresentação do relatorio da direcção e eleição dos corpos gerentes,

Art. 17.º A segunda reunião realizar-se-ha quinze dias depois da primeira reunião para a discussão do relatorio da direcção, devendo nesta occasião os novos corpos gerentes assinar o termo de posse.

Art. 18.º A assembleia reunirá extraordinariamente:

1.º Todas as vezes que haja qualquer assunto de interesse a tratar.

2.º Quando quinze socios no pleno gozo dos seus direitos o requireira ao presidente, os quaes tem de declarar no requerimento qual o motivo por que exigem a reunião da assembleia.

Art. 19.º A assembleia requerida nos termos do n.º 2.º do artigo 18.º deverá reunir no prazo de quinze dias da entrega do requerimento, não podendo funcionar sem que esteja presente a maioria dos socios requerentes.

Art. 20.º A assembleia geral julgar-se-ha legalmente constituída á hora marcada com a maioria dos socios, uma hora depois com quinze socios e na segunda convocação com qualquer numero.

Art. 21.º A assembleia requerida nos termos do n.º 2.º do artigo 18.º não poderá ser convocada mais que uma vez.

CAPITULO V

Da direcção

Art. 22.º A direcção é composta de um presidente, um thesoureiro, um secretario e dois vogaes.

Art. 23.º Compete á direcção:

1.º Administrar conscienciosamente os fundos da associação.

2.º Dar conta circunstanciada dos seus actos toda a vez que lhe seja exigida em assembleia.

3.º Fazer mensalmente um balancete de receita e despesa em que todas as verbas fiquem perfeitamente des-trinçadas.

4.º Archivar todos os documentos da sua gerencia os quaes terão a rubrica do presidente.

5.º A apresentar na primeira assembleia de fevereiro um balancete e relatorio annual em que todos os actos da gerencia sejam nomeados.

6.º Cuidar da escrupulosa admissão de socios.

7.º Diligenciar que a cobrança ande perfeitamente em dia.

8.º Reunir uma vez por semana ou todas as vezes que o julgar conveniente.

9.º Fazer respeitar integralmente todos os artigos e alíneas dispostas nestes estatutos.

Art. 24.º A direcção é solidariamente responsavel pelos seus actos e valores pertencentes á associação.

Art. 25.º Compete ao thesoureiro:

1.º Ter em seu poder todos os fundos d'esta associação e os documentos representativos dos mesmos, dos quaes é responsavel.

2.º Depositar todas as quantias dispensaveis, de harmonia com os restantes membros da direcção, em um estabelecimento de confiança, de onde possa usufruir juro, reservando só em seu poder a quantia de 10\$000 réis para occorrer ás despesas ordinarias.

3.º Pagar todas as despesas autorizadas por documentos assinados pelo secretario, visados pelo presidente da direcção.

4.º Conferir a caixa mensalmente com o secretario respectivo a fim de ver se está lançada toda a receita e despesa, sendo depois approvadas as contas em reunião de direcção.

CAPITULO VI

Das eleições

Art. 26.º As eleições para os diversos cargos da associação serão sempre feitas por escrutinio secreto.

Art. 27.º Para o primeiro escrutinio, para a eleição ter validade, requer-se a maioria absoluta, para o segundo escrutinio é sufficiente a maioria relativa.

Art. 28.º Não é permittida a accumulção de cargos effectivos.

Art. 29.º As eleições para os corpos gerentes deverão fazer-se por meio de uma lista a qual conterá o nome do candidato.

Art. 30.º Não são validas as listas que não preencham as formalidades anteriores, assim como aquellas que contem outras quaesquer indicações.

Art. 31.º Os cargos da associação deverão ser desempenhados por um anno.

Art. 32.º Em caso de reeleição só poderão fazer parte dois membros da direcção transacta.

CAPITULO VII

Das fundos da associação

Art. 33.º Os fundos da associação serão formados pelas importancias das quotas.

Art. 34.º Destinam-se esses fundos:

- 1.º A todas as despesas de mero expediente.
- 2.º A conservação da sede para installação da associação.
- 3.º A tudo de quanto dependa o melhoramento da classe.

CAPITULO VIII

Das disposições geraes e penalidades

Art. 35.º Os presentes estatutos começarão a vigorar logo após a sua approvação.

Art. 36.º Estes estatutos não poderão ser alterados senão quando um terço dos socios existentes no gozo dos seus direitos assim o entendam.

Art. 37.º Esta associação não se poderá envolver em questões politicas ou religiosas.

Art. 38.º Não poderão ser admittidos para socios d'esta collectividade individuos que se tenham portado menos dignamente, isto é, que tenham estabelecido a infamia e a calúnia ou tenham defraudado o cofre da collectividade a que pertenceram e que se prove a sua responsabilidade.

§ unico. Serão demittidos de socios d'esta associação todos os individuos que incorrerem no disposto no artigo anterior dentro d'esta collectividade.

Art. 39.º Esta collectividade não poderá dissolver-se enquanto estiver em circumstancias de solver os seus compromissos.

Art. 40.º No caso de ser dissolvida esta associação proceder-se-ha á venda dos objectos pertencentes á mesma, para pagamento de debito, e o remanescente será entregue ao Albergue dos Invalidos do Trabalho, e a escripturação entregue á autoridade.

Art. 41.º A associação elaborará todos os regulamentos internos que forem precisos para seu desenvolvimento e prosperidades.

Repartição do Trabalho Industrial

Serviço industrial

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Fomento:

Que seja substituido o punção de coroa usado no serviço de fiscalização das caldeiras de vapor e motores inanimados, por um punção tendo o desenho do escudo das quinas das Armas Portuguesas.

Paços do Governo da Republica, aos 13 de dezembro de 1910. — O Ministro do Fomento, Manuel de Brito Camacho.

Serviço de pesos e medidas

Devendo substituir-se os punções chamados de coroa, usados no afilamento de pesos e medidas, instrumentos de pesar e medir a que se refere o artigo 14.º do regulamento de 29 de dezembro de 1860, a circular de 12 de fevereiro de 1878 sobre afilamentos de pesos e medidas e o regulamento de 25 de agosto de 1866 sobre o afilamento dos conductores de gaz: manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Fomento:

1.º Que deize de usar-se o punção de coroa no serviço de afilamentos de pesos e medidas novas e instrumentos novos de pesar e medir, sendo substituido por um punção que imprima o desenho do escudo das quinas das Armas Portuguesas;

2.º Que seja adoptado o mesmo desenho para gravarem objectos que se não marcam a punção mas a acido, areia ou por outro qualquer processo.

Paços do Governo da Republica, aos 13 de dezembro de 1910. — Manuel de Brito Camacho.

Repartição da Propriedade Industrial

1.ª Secção

Registo internacional de marcas

Notificação dos registos feitos no Bureau Internacional de Berne

Em harmonia com o disposto no artigo 3.º do decreto de 1 de março de 1901, e nos termos das convenções internacionaes, se faz publico que, segundo foi notificado pela Repartição Internacional de Berne, foram ali registadas, desde 17 a 28 de novembro de 1910, cincoenta e quatro marcas, abaixo mencionadas, com os n.ºs 9:982 a